

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 251-265.

O LIMIAR ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: UMA PROSA PREAMBULAR

DARLENE SILVA SANTOS SANTANA

Especialista em Gestão Escolar Integrada e práticas pedagógicas pela
Universidade Candido Mendes (UCAM)
darlenesilva03@gmail.com.br

AVANETE PEREIRA SILVA

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)
avanete@uol.com.br

RESUMO

Em um contexto em que se questionam os conceitos e paradigmas com a finalidade de uma revisão epistemológica nos campos do conhecimento, a relação entre História e Literatura tem-se mostrado tênue quando tomamos os pressupostos teóricos dos historiadores Hayden White e Sandra Pesavento, e dos críticos da teoria literária. Este trabalho busca analisar tal relação e as contribuições desses estudiosos para fomentar uma revisão do olhar sobre a História e a Literatura, considerando que ambas as áreas, História e Literatura, se apropriam dos aspectos reais para a escrita de uma narrativa discursiva que torna os fatos conhecidos e compreendidos.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. História. Ficção. Realidade.

ABSTRACT

In a context in which concepts and paradigms are questioned with a purpose of an epistemological revision in the fields of knowledge, a relation between History and Literature has been tenuous when we take the theoretical presuppositions of the historians Hayden White and Sandra Pesavento, Literary theory. This work seeks to analyze this relationship and the contributions of these scholars

to promote a review of the look on History and Literature, considering that both areas, History and Literature, appropriate the real aspects for the writing of a discursive narrative that makes the facts Known and understood.

KEY WORDS: Literature. History. Fiction. Reality.

A escrita da História e a escrita ficcional foram, desde sempre, inter-relacionadas, por vezes confundindo-se como uma única perspectiva. Coube ao positivismo distanciar e diferenciar História e ficção com o objetivo de determinar e firmar o caráter científico da primeira. Desse modo, aproximar a História do texto ficcional tornou-se uma afronta à ciência histórica, comprometida em revelar a “verdade” do passado com métodos objetivos e justificáveis.

A revisão de certos paradigmas coloca em xeque as explicações e conceitos sobre o real. A preocupação com a escrita da história e sua recepção tem sido alvo de reflexões. Nesta matéria, estudiosos como Hayden White, Roger Chartier e Sandra Pesavento trazem o papel do historiador para o centro

das discussões. Para Chartier (2000, p. 212), é sim possível e necessário

inventar um caminho que afaste, ao mesmo tempo, a ideia de que a história não seria mais que uma produção de ficção dentre outras (e não é porque a história utiliza as figuras e formas narrativas da ficção que não se define como um conhecimento, um saber, e daí a vinculação possível entre a história como um saber crítico em uma dimensão cívica), e, por outro lado, pensar que esta dimensão crítica e de conhecimento não se pode estabelecer segundo os modelos tradicionais de uma ciência positiva, que se pensava como a adequação do discurso ao real. É nesse espaço difícil, complicado, instável que, me parece, podemos refletir e, mais do que refletir, trabalhar, produzir análises.

Dentre essas discussões situa-se a relação entre a escrita da história e da literatura, com apontamentos sobre suas proximidades e distanciamentos. História e literatura se entrelaçam no ato intertextual, e têm na recepção um elemento em comum; ou seja, a forma como cada indivíduo lê, interpreta, recebe e se apropria dos significados dos textos

historiográficos e literários e, a partir daí, reestrutura a forma de representar sua própria realidade.

O grande cerne da questão que circunda a escrita da história e da literatura está no limiar da realidade. Até que ponto a realidade circunscrita pelos historiadores é real, e até que ponto a realidade circunscrita na literatura é ficcional?

Sandra Jatahy Pesavento (2006, online) em seu artigo “História & Literatura: uma velha-nova história” fala sobre a imaginação como “elemento organizador do mundo” que torna significantes as experiências vividas. Ressalta que essa imaginação é fruto de “representação sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente”. Essa imaginação/representação circunscribe tanto a história quanto a literatura, uma vez ser ela a orientadora do autor artístico e do historiador, “pautando condutas e inspirando ações”.

Para essa autora (2003, p. 58-59),

[...] a história é uma espécie de ficção, ela é uma ficção controlada, e, sobretudo, pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado [...]. [...] Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.

A imaginação como condutora de concepções e de ações reforça o suposto sobre a interpretação da realidade que circunscribe cada indivíduo. Cada sujeito vê sua realidade pelo viés de sua imaginação; o seu mundo é concebido da forma que é pensado. Pesavento (2006, online) ainda afirma que

Este real é construído pelo olhar enquanto significado, o que permite que ele seja visualizado, vivenciado e sentido de forma diferente, no tempo e no espaço. [...] Ao construir uma representação social da realidade, o imaginário passa a substituir-se a ela, tomando o seu lugar. O mundo passa a ser tal como nós o concebemos, sentimos e avaliamos. Ou, como diria Castoriadis, a

sociedade, tal como tal é enunciada, existe porque eu penso nela, porque eu lhe dou existência – ou seja, significação – através do pensamento.

Roger Chartier (1990, p.17\19), ao falar sobre representações, diz que “os actores sociais [...] descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”, e afirma ser a representação uma relação de poder, em que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros”. Neste sentido, a escrita da história perpassa uma imaginação que circunscreve uma realidade sob um prisma discursivo, e o historiador se manifesta nessa escrita no tratamento dos dados, traduzindo os fatos em um enredo discursivo de representação.

O conceito de representação expressa, para Pesavento (2003, p. 40), a ideia da substituição. Representar significaria, assim, estar no lugar de, tomar o lugar do outro, o que implicaria, na narrativa historiográfica, a construção

intertextual do fato passado a partir da revisão de vestígios e evidências extraídos das fontes históricas. Nesse caso, a ficção não seria o avesso do real, mas uma nova forma de captá-lo, o que permitiria ao historiador não apenas usar a literatura como documento ou fonte, mas apreender nesta a representação que ela comporta; a re-apresentação do mundo expressa na forma narrativa (Pesavento, 1995, p. 117). Nessa perspectiva, embora a História e a Literatura possuam discursos distintos, ambas se valem da representação das experiências dos homens no tempo, sendo, assim, “formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro”. E, ainda, (Pesavento, 2003, p. 81).

[...] são formas de representar inquietações e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história e, nessa medida, possuem um público destinatário e leitor.

Se a escrita da história é uma interpretação dos fatos, ela passa a ser uma narrativa que tem como objetivo traduzir os acontecimentos históricos em dizeres familiares aos leitores (WHITE, 1994). Ou seja, com o objetivo de tornar um fato

conhecido, o historiador o traduz em uma narrativa com palavras, sentidos e enredos familiares à sociedade. Para Hayden White (1994, p. 141),

“os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é – na sua representação – puramente discursiva”.

Os fatos, como objeto de estudo dos historiadores, tornam-se matéria-prima na escrita da narrativa discursiva. Aspecto não diferente da literatura que, com o objetivo de tornar uma realidade conhecida, traduz um fato, a partir do viés artístico, para ser compreendido pelo leitor. São fatos do cotidiano impercebíveis na rotina do dia a dia que se tornam notórios na literatura. É por meio de uma denúncia, do desmascaramento de um sistema ou farsa, da potencialização de um ocorrido, ou mesmo de uma narrativa cômica que a literatura torna significativos determinados fatos da realidade. Assim como o artista manipula a realidade para a escrita de um

romance, o historiador maneja os fatos com fim a fazer conhecer tal realidade. Tornar um fato conhecido e compreendido é papel tanto da História quanto da Literatura, conforme alusão feita por Luiz da Costa Lima (2006, p. 169) a antigos historiadores e poetas:

A pretensão do historiador era objetivar a razão dos agentes históricos, i.e., a razão dos feitos, e relaciona-la com aspectos de seu caráter. [...] Implicitamente, entrava na discussão o papel de fixar o que não haveria de ser esquecido, a *alétheia*. Ambos, o aedo e o *historés*, competiam pelo direito de declarar o que fora e é verdade.

Apesar de, no contexto evocado por Lima, ainda não se ter a noção de narrativa ficcional contraposta à narrativa factual, e que, por vezes, os fatos narrados traziam um misto de história enquanto real/concreto e ficção, convém observar que o desempenho do poeta na Antiguidade semelhava-se ao *historés*, ou seja, estava na proposição de “declarar o que fora e é verdade”. Poeta e historiador narram os fatos vivenciados pelos heróis e, para “fixar o que não haveria de ser esquecido”,

os contadores apropriam-se de estratégias linguísticas que tornam os fatos acessíveis à memória. Tanto o poeta quanto o historiador utilizam-se de meios para ser compreendidos pelo ouvinte/leitor na narrativa dos fatos.

Ao se buscar uma “narrativa dos fatos” deve-se considerar que o olhar sobre os fatos está em constante variação em virtude das mudanças de concepções e de objetivos. A visão sociopolítica do historiador conduz a ótica sobre os fatos que, conforme diz Lima (2006, p. 20),

Ainda que não reduzamos a escrita da história a um somatório de fatos, ainda que o saibamos selecionados pelo ponto de vista que presidiu sua compreensão, a narrativa-do-que-houve já apanha a experiência no meio do caminho. O hiato decisivo não se dá entre o evento e seu registro, mas sim entre o que motivou o evento e sua formulação verbal.

A narrativa-do-que-houve, portanto, parte da compreensão daquele que narra, seja ele historiador ou artista, ou mesmo uma pessoa comum do dia a dia. “Narrar é

intercambiar experiência”, como disse Walter Benjamin (1987, p. 198), e esse intercambiar é retratar a experiência vivida no manejo dos fatos no ato narrativo. A experiência do artista e do historiador resulta na narrativa discursiva.

Hayden White (1994, p. 101), de maneira simples, apresenta a narração da Revolução Francesa como exemplo de que a narrativa é definida, primeiramente, pelo que se quer narrar:

o que Michelet, na sua grande história da Revolução Francesa, construiu no modo de um drama de transcendência romântica, seu contemporâneo Tocqueville contou na forma de uma tragédia irônica. Não se pode dizer que um tenha tido mais conhecimento que o outro dos “fatos” contidos no registro; apenas tinham concepções diferentes do tipo de estória que quadrava melhor aos fatos que conheciam. Tampouco se deve imaginar que contaram estórias diferentes da Revolução porque haviam descoberto *tipos* diferentes de fatos, políticos, de um lado, sociais, de outro. Eles perseguiram tipos diferentes de fatos porque tinham tipos diferentes de estórias para contar.

O historiador estuda os registros dos fatos, maneja-os a partir de suas experiências sociopolíticas e culturais, e se utiliza da narrativa como instrumento para retratar os fatos e fazê-los conhecidos. A forma como o historiador faz os fatos não-familiares tornarem-se familiares é a através dos símbolos. Codificação de uma história em um conjunto de códigos compreensíveis aos leitores, conforme White (1994, p. 108):

A narrativa histórica não *imagina* as coisas que indica: ela *traz à mente* imagens das coisas que indica, tal como o faz a metáfora. Quando um dado concurso de eventos é narrado no modo da tragédia, isto significa apenas que o historiador descreveu dessa forma os eventos para *nos lembrar* aquela forma de ficção que associamos ao conceito de “trágico”. Corretamente entendidas, as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que “comparam” os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária.

A compreensão de uma metáfora perpassa pelo sujeito. Considerando a metáfora uma não linearidade da significação literal de um enunciado, ou seja, de um sentido não literal de um enunciado linguístico, o sujeito deve apresentar significações conotativas a esse enunciado, requerendo um aporte teórico de mundo amplo para a devida compreensão do sentido do enunciado metafórico. Se “uma metáfora diz-nos algo de novo acerca da realidade” (RICOEUR, 2011, p. 77), esse novo só é compreendido mediante as interferências interpretativas do leitor. A narrativa histórica, portanto, é compreendida a partir das vivências de cada leitor/ouvinte e das “experiências culturalmente codificadas” (WHITE, 1994, p. 108) de cada um.

Por outro lado, considerando que as representações não são neutras, como afirma Chartier, a construção de sentido dessas metáforas objetivada pelo historiador perpassa pelo viés ideológico do mesmo ou de sua agência financiadora que se apropria de “recortes na realidade, privilegiando alguns

acontecimentos em detrimento de outros”. (WALTY, 1985, p. 69). Para Michel de Certeau (2011, p. 54),

as vozes charmosas da narração transformam, deslocam e regulam o espaço social; elas exercem um imenso poder que, por sua vez, escapa ao controle por se apresentar como a verdadeira representação do que se passa ou do que se passou.

O título de “verdade” é o que se pretende a cientificidade da escrita da História. Mas essa verdade, como os teóricos afirmam, está no campo da representação da mesma, em que o relato dos fatos é distorcido de alguma forma pela compreensão ou objetivo daquele que escreve.

O dicionário virtual Priberam (2016) apresenta o conceito de ficção, dentre outros, como “interpretação ou relato subjetivo de um fato ou de uma ideia”, e Luiz Antônio Sacconi (2010, p. 947) apresenta como um dos conceitos de fictício o “que só existe por convenção; convencional”. Sendo a escrita da história o resultado de uma interpretação dos fatos

e socialmente convencionada por discursos dominantes que em determinados períodos da história são refutados ou reafirmados, não se pode afirmar uma narrativa histórica verdadeira, e nem distancia-la tão largamente do fictício. “A história é uma espécie de ficção”, conforme afirma Pesavento (2003, p. 58), “ela é uma ficção controlada, e, sobretudo, pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado”.

Entretanto, durante anos, o discurso dominante “empurrou” a escrita da história como registro real da ocorrência dos fatos, sem considerar que essa escrita contava apenas uma versão dos fatos, e que era financiada pelas agências responsáveis pela manutenção do discurso dominante, fomentando convenções sociais que hoje se vê como irreais e até absurdas. Nesse caso, o que se pode observar é a leitura que um determinado historiador faz dos fatos analisados; leitura essa que se se atrela à percepção da realidade que “se dá conforme o lugar que o indivíduo ocupa

no espaço físico, econômico, político e sociocultural. [...] Tudo o que vemos são sombras, representações da realidade” (WALTY, 1985, p. 26) convencionadas ou não como verdadeiras em função dos interesses do discurso dominante.

A literatura também se comporta como metáfora no momento em que projeta um conjunto de imagens sobre um determinado acontecimento histórico. E aqui cabe falar do primeiro distanciamento entre História e Literatura: o ato de imaginar.

Embora, conforme Pesavento, toda interpretação perpassa pelo campo do imaginário do sujeito, a narrativa histórica tem um compromisso com as provas dos fatos, ou seja, os registros históricos, os documentos utilizados como fonte de pesquisa. A literatura, ao contrário, diverte-se com a liberdade do sujeito em, no ato da interpretação, imaginar ações possíveis que nem sempre se efetivaram, ou seja, a literatura não tem compromisso nem com as provas dos fatos,

nem com fato algum, uma vez que ela pode tratar tanto dos fatos ocorridos como daqueles que poderiam ter havido. Essa imaginação que orienta o olhar artístico o diferencia das ferragens dos registros históricos. É uma liberdade no manejo dos fatos e no uso da imaginação. O que leva Pesavento (2003, p. 82-83) a concluir, no que se refere à literatura, que ela

permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário [...]. Para além das disposições legais ou códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma.

A literatura não tem pretensão de retratar o real ou transpô-lo, e ao se abster dessa pretensão, faz uma livre reflexão sobre o real que a circunda. Não se trata de uma descrição da realidade, mas de uma leitura sobre a mesma, sem as ferragens que delimitam seu olhar. Diferente da

historiografia, não ambiciona ser analisada com fim a revelar indícios ou provas da realidade, mas tem seu fim em revelar o obscuro dessa realidade, aquilo que a historiografia não dá conta de fazer: descrever as possibilidades da alma e dos sentimentos verdadeiros e reais.

A literatura é o discurso teórico dos processos históricos. Ela cria o não lugar em que as operações efetivas de uma sociedade têm acesso a uma formalização. Bem longe de considerar a literatura como a ‘expressão’ de um referencial, conviria reconhecê-la como [...] um discurso ‘lógico’ da história, a ‘ficção’ que a torna pensável. (CERTEAU, 2011, p. 92)

Tornar um fato histórico conhecido, familiar, aproxima em demasia a literatura da história. A literatura potencializa os fatos históricos ao sensibilizar o leitor sobre as possibilidades de humanização presentes em cada acontecimento social. A narrativa fria e objetiva a que a História se habituou é transcendida pela escrita de uma narrativa que toca e inquieta a

alma humana para as possíveis verdades em torno das ações dos personagens históricos.

Utilizar uma narrativa para tornar um fato conhecido indica que o historiador recorre a uma das funções da literatura: sensibilizar o leitor para as questões sociais. Questões sociais reconhecidas historicamente que são enriquecidas de fatores artísticos para ir além do fato narrado, permitindo chegar ao fato sentido. Sentir a dor e a alegria do outro é possível a partir das narrativas, ainda mais nas literárias. White (1994, p. 115) afirma que: “só podemos conhecer *o real* comparando-o ou equiparando-o ao **imaginário**” (grifo do autor). Imaginário que permite a compreensão do sentido do fato narrado.

A literatura maneja os fatos de forma livre. Enquanto os historiadores precisam de fatos contemplados em registros documentais, o artista trata de assuntos vivenciados ou percebidos no dia a dia, interpretados a partir das narrativas

históricas ou simplesmente imaginados, sem a necessidade de fundamentos em registro documental. A interpretação desses fatos contemplados perpassa a imaginação do artista, que os registra a luz de sua criatividade. Antônio Cândido (2000, p. 13), ao tratar sobre a relação entre Literatura e Sociedade, afirma que:

Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documental, é o quinhão da fantasia que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torna-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo.

A deformação das informações documentais é uma forma alternativa que o escritor tem para lidar com os fatos históricos, mas isso não significa uma menor leitura sobre o fato, trata-se apenas de uma leitura paralela daquilo que os historiadores consideram como a verdadeira narrativa do acontecimento. E essa releitura de um acontecimento social é

significativa, visto que o repensar é sempre necessário e construtivo em uma sociedade dinâmica, cujas representações da realidade configuradas em metáforas e símbolos estão em constantes mudanças. Para Walty (1985, p. 68)

A ficção pode dar uma outra versão da história, uma outra versão da realidade, ao mesmo tempo que mostra que todos os textos são simples versões dos fatos, contados de acordo com o ponto de vista do narrador, com a ótica do autor.

Cândido (2000, p. 13) ainda alerta que “achar, pois, que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação causal”. Ou seja, a leitura de uma obra literária não está à mercê de sua ligação com uma realidade vigente ou percebida pelo leitor, pois ela vai além do percebido pelos discursos dominantes. A literatura opera no descompasso desses discursos, ofertando um canal para repensar e refletir essa sociedade circunscrita pela História.

Não que a literatura tenha a obrigatoriedade de formar o leitor, pois não se trata de uma literatura doutrinária. A leitura de um texto literário é que permite a ampliação do olhar sobre determinados acontecimentos sociais, ainda que nele estejam inscritos apenas uma transfiguração dessa realidade. Pierre Bourdieu (1996, p. 49) diz que:

A forma na qual se enuncia a objetivação literária é sem dúvida o que permite a emergência do real mais profundo, mais oculto, porque ela é o véu que permite ao autor e ao leitor dissimula-lo e dissimula-lo para eles próprios. [...] O encanto da obra literária deve sem dúvida, em grande parte, a que fale das coisas mais sérias sem pedir [...] para ser levada completamente a sério.

Dissimular o real mais profundo, como afirmado anteriormente, é aquilo que a narrativa histórica não dá conta de explanar. A literatura aborda o íntimo dos fatos, ainda que sejam as possibilidades dos fatos, tornando significativa a reflexão sobre essas possibilidades. Não almeja ser levada a sério como registro de acontecimentos históricos, mas fala de

questões sérias ao fomentar a reflexão sobre esses acontecimentos, “trata-se de uma leitura do real que desmascara esse mesmo real” (Walby, 1985, p. 51).

A construção da narrativa retrata o real sem transportá-lo para a ficção e sem confundir-se com ele. É uma releitura que se pretende verdadeira em sua reflexão profunda das concepções reais. Nas palavras de Pesavento (2006, online):

sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidade, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na ‘verdade do simbólico’ que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida.

As narrativas ficcionais permitem o conhecer de sujeitos impercebíveis no cotidiano, permitem a contemplação de ocorrências sociais desprezadas pelo conhecimento social,

permitem, portanto, uma reflexão sobre o curso que se dá na vida. Mais do que refletir sobre o passado, a literatura reflete e pensa sobre o presente construído em um passado de sofrimentos, injustiças, lutas e de conquistas. Walty (1985, p. 43) afirma que:

É claro que um quadro, um filme ou um livro podem [...] desmascarar a realidade das relações sociais [...]. Logo, a ficção pode ser mais real que o que se quer realidade, e o real pode ser mais ficcional que o que se quer ficcional.

Narrar os fatos numa tentativa de dizer sobre o mero acontecimento torna a narrativa superficial, diferente da Literatura que, sem compromisso com registros documentais, como já dito, desvenda “o real enquanto processo, fruto das relações dos homens entre si e com a natureza” (idem, p. 50).

A literatura utiliza-se dos recursos históricos para fazer uma releitura dos acontecimentos ou para fundamentar sua imaginação em um determinado contexto social, da mesma

forma que o historiador utiliza-se dos recursos literários para tornar uma seleção de fatos conhecidos ao público. Essas narrativas, tanto literárias quanto historiográficas, não se anulam, mas se completam no sentido de tornar um fato conhecido pelos diversos olhares, concepções e estratégias.

Para Walty (1985, p. 79), “a ficção é um discurso tão digno de crédito como outro qualquer, porque, como qualquer outro, ela faz uma leitura do real”, em que “a leitura de mundo ali presente” é pertinente para a análise e reflexão sobre os fatos. Tanto a historiografia quanto a literatura fazem uma interpretação dos eventos sociais, tornando a similitude entre ambas bastante tênue.

Hayden White (1994, p. 53) propõe ao historiador contemporâneo

estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo.

A literatura permite isso ao tocar na sensibilidade do leitor para as questões sociais. Ao fazer uma leitura dos fatos, ou dos possíveis fatos narrados historicamente, o artista desperta o olhar do sujeito para as possibilidades de sentir os fatos. Para além da narrativa, a literatura sente os acontecimentos sociais e os faz conhecidos ao público, tornando possível a sensibilização para as questões mais profundas da vivência humana.

Em caráter de considerações finais deste trabalho, destacamos a afirmação de White (1994, p. 63) que abarca tanto a Literatura quanto a História no papel humanizador do conhecimento sobre os acontecimentos históricos:

Só uma consciência histórica pura pode de fato desafiar o mundo a cada segundo, pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer

sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna. E, enquanto se recusa a usar os olhos que *tanto* a arte moderna *quanto* a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega – cidadã de um mundo em que “as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a liberdade do tempo presente”.

Do tempo presente, da vida presente, do homem presente!

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, vol. 1).
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Editora Difel, 1990.

_____. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, jan./dez. 2000.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013). Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/fic%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, jan./vier 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). **Revista anos 90**, Porto Alegre, n. 4, p. 115-127, dezembro de 1995.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Trad. Artur Morão. Lisboa: edições 70, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. **Grande Dicionário Sacconi**: da língua portuguesa. São Paulo: Nova Geração, 2010.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **O que é ficção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em: 03-10-2016

Aprovado em: 13-12-2016

Publicado em: 12-03-2017